



Efeitos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho das regiões brasileiras, entre 2018 e 2022

Bruno Mazer Garcia¹

Elaine Freire Lessa²

Alexandre de Souza Corrêa³

Rafael Martins Noriller⁴

Recebido em: 18-07-2023

Aceito em: 28-04-2024

Resumo

O presente estudo trata dos reflexos da Pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho nas grandes regiões brasileiras: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Seu principal objetivo foi de apresentar tais reflexos por meio de uma análise descritiva com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, a qual permitiu identificar tendências e padrões gerais, no período compreendido entre 2018 a 2022. Os principais pontos investigados foram as taxas de desocupação no Brasil, força de trabalho e a renda da população antes, durante e depois do período pandêmico. Nos resultados obtidos, verificou-se que com o advento da pandemia, a partir de 2020 o mercado de trabalho sofreu significativos impactos negativos em todos os indicadores analisados. Apesar da retomada de crescimento que se iniciou em 2021, ainda não se retornou ao patamar de 2018. O ano de 2022 encerrou-se apresentando índices pouco maiores ou inferiores aos do início da série.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; reflexos da pandemia; Covid-19.

Effects of the Covid-19 pandemic on the labor market: analysis of the major Brazilian regions, from 2018 to 2022

Abstract

The present study deals with the effects of the Covid-19 Pandemic on the labor market in the major Brazilian regions: North, Northeast, Midwest, Southeast and South. Its main objective was to present such effects through a descriptive analysis based on the Continuous National Household Sample Survey (PNAD), which identifies trends and general patterns, in the period between 2018 and 2022. The main points investigated were the rates of unemployment in Brazil, workforce and population income before, during and after the pandemic period. In the results obtained, it is considered that with the advent of the pandemic, from 2020 the labor market suffered negative effects in all the analyzed indicators. Despite the resumption of growth that began in 2021, it has not yet reached the level of 2018. The year 2022 ended with rates slightly higher or lower than those at the beginning of the series.

Keywords: Labor market; effects of the pandemic; Covid-19.

¹ Mestrando em Administração Pública pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). <https://orcid.org/0000-0003-3237-056X> E-mail: bruno.garcia@ufms.br .

² Mestranda em Administração Pública na Universidade Federal da Grande Dourados. <https://orcid.org/0009-0003-7721-3426> E-mail: elaine.lessa@uems.br .

³ Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (UNIOESTE). Professor do Mestrado Profissional em Administração (UGFD). <https://orcid.org/0000-0001-7118-5768> E-mail: alexandrecorrea@ufgd.edu.br .

⁴ Doutorado em Ciências Contábeis (UnB). Professor do Mestrado Profissional em Administração (UGFD). <https://orcid.org/0000-0001-9981-4669> E-mail: rafael.mnoriller@gmail.com

1 Introdução

Historicamente, o Brasil possui problemas estruturais envolvendo o mercado de trabalho e a desigualdade de renda da população. Tal tema é vastamente discutido na literatura brasileira assim como na internacional. Diversos estudos investigam os fatores determinantes destas desigualdades de renda, a fim de se obter resultados que possam auxiliar na formulação e reformulação de políticas públicas adequadas. De acordo com Trovão e Manzano (2019) as políticas direcionadas à redução das desigualdades de rendas, devem se embasar em dados disponíveis a respeito dos elementos que levam a desigualdade, não deixando para segundo plano as diferentes condições sociais entre múltiplos grupos.

Durante o período pandêmico os problemas de renda e de desigualdade se agravaram entre a população brasileira. No trabalho de Cecato e Hilgemberg (2023), foi constatado que no período da pandemia de Covid-19 aumentaram os números de pessoas na condição de desalentadas sem perspectivas de encontrarem emprego, sendo que em 2021 houve uma queda nos rendimentos refletidos pelo impacto da pandemia, principalmente entre os trabalhadores informais.

Couto e Silva (2022) relatam que quanto maior o nível de escolaridade de um chefe de família menor é a chance de pobreza, assim como a escolaridade reduz os obstáculos de obter uma ocupação com melhores condições de renda. No estudo de Gonçalves e Beltramelli Neto (2021), foi verificado que pessoas com baixa escolaridade tiveram maior chance de contrair SARS-CoV-2 e vir ao óbito que uma pessoa com mais de doze anos de estudo, ou seja, pessoas com níveis de pobreza elevados, seja por baixa escolaridade e/ou por falta de estarem inseridas no mercado de trabalho, tenderam a serem as mais atingidas pela pandemia da Covid-19.

Diante deste cenário, este artigo buscou compreender os principais reflexos da pandemia da Covid-19 nas regiões brasileiras levando em consideração o mercado de trabalho e suas diversas características. Assim, esta pesquisa coletou e apresentou dados sobre a população e os reflexos no mercado de trabalho brasileiro durante o período de 2018 e 2022. Os anos de 2018 e 2019 serviram como base para efeito de comparação dos anos pandêmicos de 2020, 2021 e 2022.

Por meio de uma análise com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE, investigou-se o cenário do mercado de trabalho no Brasil no período pandêmico da Covid 19, com intuito de produzir informações direcionadas à

elaboração de novas políticas públicas, a fim de minimizar os impactos de eventuais crises econômicas e/ou sociais, no combate do aumento da pobreza e da desigualdade de renda.

2 Mercado de trabalho no Brasil

A desigualdade de renda ou discriminação salarial é observada por algumas vertentes, Silveira e Siqueira (2021) trazem a ideia que as desigualdades podem ser definidas por gênero, raça, idade, grau de escolaridade, nacionalidade, etc. Trovão e Manzano (2019) destacam que os fundamentos da desigualdade e a suas formas como raça, região, cor de pele, idade dentre outros, requer um tratamento cauteloso para que sua complexidade não venha ser subestimada.

De acordo com Lacerda (2018), o desenvolvimento das economias capitalistas industrializadas, incentivou uma reestruturação do mercado de trabalho, pois foi estimulado pelo crescimento do setor produtor de bens de capital e dos bens intermediários, além de ser onde se encontrava a indústria pesada ou de base, como a indústria química, de aço e cimento, que forneciam as bases para a produção de uma ampla variedade de bens. Caso os setores, mencionados anteriormente, de uma economia não estivessem adequadamente desenvolvidos, a economia enfrentaria dificuldades estruturais para manter uma acumulação de capital em equilíbrio e, conseqüentemente, baixa geração de emprego e renda e mais concentração de renda.

Segundo Belo (2018) o mercado de trabalho pode ser definido por meio da busca por emprego por diversos indivíduos, que pode ser caracterizado, como a busca por disponibilidade em empregos em diversas áreas da economia. Com base nisso, se estabelece uma relação entre o mercado de trabalho e os níveis salariais que variam de acordo com a demanda de indivíduos em busca de empregos, sendo que quanto maior a busca por empregos menores serão os salários melhores remunerados, pressionando os trabalhadores a aceitarem salários mais baixos para sair do desemprego.

A condição de desenvolvimento econômico de um país ou de uma região está ligado às desigualdades de rendas de sua população, fator que pode ser visto com a crise econômica que ocorreu em 2020, devido a Covid-19, momento em foi necessário a instituição de políticas compensatórias como o auxílio emergencial e a proteção do nível do salário mínimo para impulsionar a retomada econômica do país (Saboia *et al.*, 2021).

A partir dos anos 2000 surgiram novas evidências que indicaram um aumento da desigualdade de renda e uma mudança no perfil dos rendimentos, o que tornou necessário

abordar a questão da desigualdade não apenas sob a perspectiva econômica, mas também política, social e institucional (Mattos, 2021). De acordo com Saboia *et al.* (2021 p. 13): “A partir de meados dos anos 2000, a economia brasileira passou por altos e baixos com tendência de redução da taxa de crescimento do PIB no final do período”.

Diversos dados relacionados ao mercado de trabalho e desigualdades de renda podem ser obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) Contínua, que foi implementada em todo o país a partir de janeiro de 2012 e atualmente faz parte permanentemente do conjunto de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE). Seu objetivo é fornecer informações contínuas sobre o emprego e as características demográficas e educacionais da população, além de estudar o desenvolvimento socioeconômico do país, abrangendo temas permanentes, como trabalho infantil, outras formas de trabalho, migração e fecundidade. Desde sua implementação, a PNAD Contínua investiga informações sobre características gerais e educacionais dos residentes, o mercado de trabalho em curto prazo, rendimentos de todas as fontes, outras formas de trabalho e um conjunto adicional de perguntas sobre o mercado de trabalho (IBGE, 2023a).

Conforme mencionado por Cecato e Hilgemberg (2023), a implementação da PNAD Contínua em 2012 possibilitou a disponibilidade de dados mais abrangentes e frequentes sobre o mercado de trabalho no Brasil. Em 2019, o país estava se recuperando gradualmente da crise ocorrida entre 2014 e 2016, que resultou em um aumento significativo do desemprego. No entanto, a crise do coronavírus teve um impacto ainda maior, elevando os índices de desemprego a níveis históricos, superando os registros de todos os anos analisados até então.

A crise de Covid-19 destacou a necessidade da presença do Estado através de políticas públicas para superação da crise. Constatou-se também que o trabalho é algo essencial na sociedade e que, embora a tecnologia tenha avançado consideravelmente, ainda é necessário o trabalho humano para a produção de bens e serviços (Ghiraldelli, 2021).

2.1 Mercado de trabalho no Brasil: estudos recentes

Compreender a evolução da desigualdade econômica e social se faz necessário para entender as transformações no mundo do trabalho. Sob essa perspectiva, Mattos (2021) aponta que políticas neoliberais, muitas vezes contraditórias às medidas que instituíram o Estado de bem-estar social, estimulam o crescimento da desigualdade econômica e a deterioração das condições de trabalho, e que a concentração de riqueza é aliada da concentração de poder

político. Deste modo, os fatores determinantes da desigualdade, devem subsidiar não apenas a elaboração de políticas públicas, mas também servir de instrumento de dinamização do Capitalismo.

Ghiraldelli (2021) argumenta que após a Reforma Trabalhista de 2017, o mercado de trabalho brasileiro sofreu com altos índices de desemprego, informalidade e perdas de direitos sociais. Somou-se a isto, os impactos da pandemia resultando em quedas principalmente nos setores de comércio, serviços e indústrias. Portanto, a pandemia não pode ser considerada como a única causa da deterioração e desregulamentação do mercado de trabalho brasileiro, fazendo-se necessária a adoção de políticas públicas que proporcionem renda e proteção social aos mais vulneráveis.

De acordo com Saboia *et al.* (2021), existe uma forte relação entre as políticas de valorização do salário mínimo e a distribuição de renda, tais políticas são capazes de minimizar os efeitos de eventuais crises econômicas que atingem prioritariamente os trabalhadores de menores níveis salariais, preservando suas condições de vida. Da mesma forma, políticas compensatórias como o auxílio emergencial, foram fundamentais para a sobrevivência dos que não estão incluídos no mercado de trabalho, favorecendo a retomada da economia no período pandêmico.

Diversos fatores sociais e econômicos podem estar relacionados à pobreza, como baixa escolaridade, mercado de trabalho desestruturado, propiciando baixos salários, informalização, subempregos. Também devem ser considerados fatores pessoais como raça, cor, gênero e idade. Tendo como eixo principal de sua análise a educação e as formas de inserção no mercado de trabalho, Couto e Silva (2022) destacam a mudança de perfil dos chefes de família pobres, onde o sexo feminino representava 40% em 2012 chegando a 51,6% em 2019.

Apesar das mulheres terem aumentado e melhorado sua participação no mercado de trabalho brasileiro, elas ainda recebem rendimentos menores que os homens, ocupam menos cargos de gerência, apresentam maior taxa de rotatividade no mercado de trabalho, concentram-se em poucos setores industriais e estão alocadas principalmente nos setores de serviços e informalidade. Além disso, por convenção social e cultural, elas são as maiores responsáveis pelas tarefas domésticas e cuidados com a saúde familiar e reprodução da vida, fato que interfere no acesso e oportunidades no mundo do trabalho (Melo e Morandi, 2020).

Cecato e Hilgemberg (2023) apresentam um panorama sobre os reflexos da pandemia no mercado de trabalho, analisando dados sobre desigualdade de renda, taxa de desemprego, força de trabalho, população ocupada, rendimentos, dentre outros, a fim de identificar tendências, as

principais mudanças ocorridas no mercado de trabalho e analisar as evoluções dos setores da economia. Constatando que a partir de 2019, com o advento da pandemia, foram registrados os piores índices e as projeções demonstram que a recuperação do mercado de trabalho brasileiro será lenta.

A pandemia pode ter deflagrado a pior crise da história do mercado de trabalho no Brasil, ao fazer um balanço dos impactos da crise associada à COVID-19, examinando o comportamento da força de trabalho, o comportamento da população ocupada por setor econômico e os reflexos sobre os rendimentos dos grupos de trabalhadores mais atingidos, Mattei e Heinen (2022) trazem em suas considerações as fortes quedas registradas principalmente nos setores de comércio, serviços, indústria e construção, resultando em aumento da pobreza no Brasil, devido ao fato de que a maioria das vagas perdidas foram de trabalhadores de menor renda.

A deterioração do mercado de trabalho brasileiro e o agravamento do cenário no período pandêmico, podem ser observados nos dados do PNAD, que apresentam redução da taxa de participação na força de trabalho e do nível de ocupação, elevação da taxa de desocupação, redução da informalidade, expansão da subutilização da força de trabalho. Apesar do forte impacto da pandemia sobre o mercado de trabalho, tais efeitos foram amenizados pelos programas de proteção social permanentes e emergenciais, evitando-se assim um crescimento na desigualdade de renda (Trovão e Leite, 2020).

A análise dos estudos apresentados até então, revela a complexidade que envolve diversos aspectos da desigualdade econômica e social no mercado de trabalho brasileiro, evidenciando as transformações ocorridas durante o período da pandemia, levando em consideração as especificidades regionais, educacionais, as disparidades de gênero e raça e a importância dos programas de proteção social.

3 Metodologia

Este artigo teve como objetivo principal o de apresentar os reflexos da pandemia no mercado de trabalho brasileiro, por meio de uma análise descritiva com base na PNAD Contínua, no período compreendido entre 2018 a 2022, refletindo sobre informações que possibilitaram identificar fenômenos e características de uma determinada amostra, estabelecendo relações entre as variáveis.

Esta pesquisa pode ser classificada como documental, pois utiliza-se dos dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e bibliográfica, por

apresentar uma revisão teórica composta por artigos científicos e livros, fornecendo a fundamentação teórica necessária e apresentando o conhecimento atual sobre o tema (Gil, 2022). Para a análise, foram extraídos os indicadores da PNAD Contínua como taxa de desocupação, força de trabalho, nível de população ocupada e rendimentos, conforme exposto no Quadro 1.

Quadro 1 - Indicadores utilizados

| Indicador | Fonte |
|----------------------------|---------------|
| Taxa de desocupação | PNAD Contínua |
| Força de trabalho | PNAD Contínua |
| Nível de população ocupada | PNAD Contínua |
| Rendimento | PNAD Contínua |

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Para melhor entendimento dos indicadores apresentados no Quadro 1, as Notas Técnicas da PNAD Contínua (IBGE, 2023a), considera como população em idade de trabalhar, os indivíduos com 14 anos ou mais, que podem ou não fazer parte da força de trabalho. Esta é composta por indivíduos que possuem trabalho remunerado ou estão à procura de emprego. Indivíduos que estão incapacitados de trabalhar, que não estão à procura de emprego, que se dedicam aos estudos, aposentados, voluntários ou ainda em atividades domésticas, são consideradas fora da força de trabalho.

Também é definido como ocupados, os indivíduos empregados, seja do setor público ou privado, com ou sem carteira assinada, estatutários, empregadores, trabalhadores por conta própria, trabalhadores domésticos e trabalhadores familiares auxiliares. Os trabalhadores com jornada de trabalho menor que 40 horas semanais, mas estariam disponíveis para mais horas de trabalho, compõe o grupo dos subocupados. Já aqueles que não trabalham e não tomaram providência para entrar na força de trabalho, são considerados desocupados.

4 Análise dos dados e discussão

No período de 2020 a 2021, a economia mundial sofreu um grande impacto com a pandemia do Coronavírus. A PNAD COVID19 em seus estudos e pesquisas, investigou os efeitos desta crise no mercado de trabalho brasileiro. Os resultados apresentaram uma série de

indicadores como o aumento da taxa de desocupação e queda no rendimento médio da população. Além disso, mais de 2,7 milhões de pessoas foram afastadas do trabalho devido ao distanciamento social, 7,9 milhões realizaram trabalho remoto e houve um aumento da subutilização da força de trabalho (IBGE, 2020). Portanto, a compreensão deste cenário se faz de suma importância para a elaboração de políticas públicas e ações governamentais por parte do Estado e da administração pública.

4.1 Panorama da força de trabalho e taxas de ocupação e desocupação no Brasil

A taxa de desocupação é um indicador que mede a proporção da população economicamente ativa em situação de desemprego. Na figura 1 é apresentada a taxa de desocupação no Brasil entre o período de 2018 e 2022.

Figura 1 - Taxa de desocupação no Brasil de 2018 a 2022

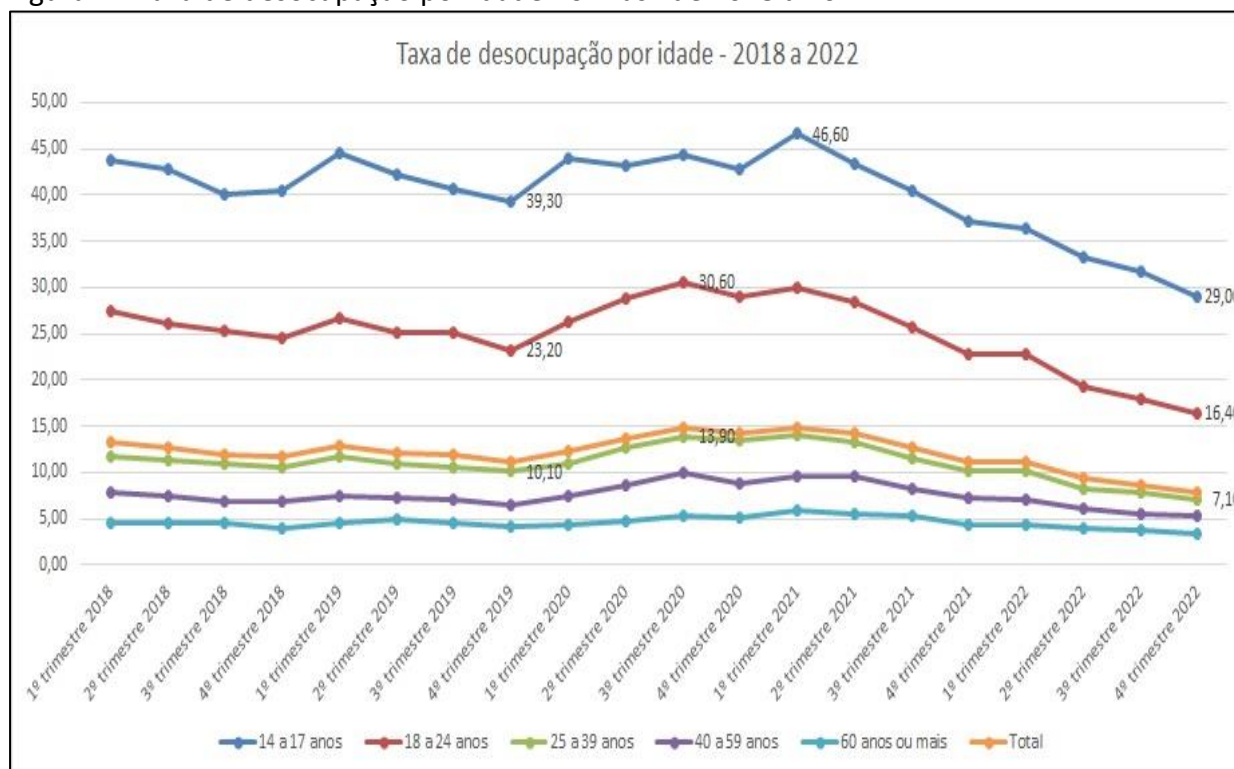


Fonte: elaborada pelos autores, adaptado de IBGE, 2023b.

Verifica-se que em meados da Pandemia de Covid-19, houve taxas mais elevadas de desemprego, com valores de 14,9 % no 3º trimestre de 2020 e 1º trimestre de 2021 quando comparadas a meses anteriores da pandemia que correspondia a 11,1% no 4º trimestre de 2019. A partir do último trimestre de 2021, com a pandemia mais amena no Brasil, a taxa de desemprego recuou.

Para Ghiraldelli (2021), tal conjuntura elucida o aprofundamento na dificuldade de geração de empregos no Brasil. O crescimento do desemprego durante a Pandemia da Covid-19 culminou em queda na renda das famílias e de seu empobrecimento, tudo isso somado a ausência de políticas públicas para o atendimento das necessidades sociais. Esta problemática atingiu a força de trabalho mais jovem. Na figura 2 é possível observar o recorte da taxa de desocupação por idade no Brasil.

Figura 2 - Taxa de desocupação por idade no Brasil de 2018 a 2022

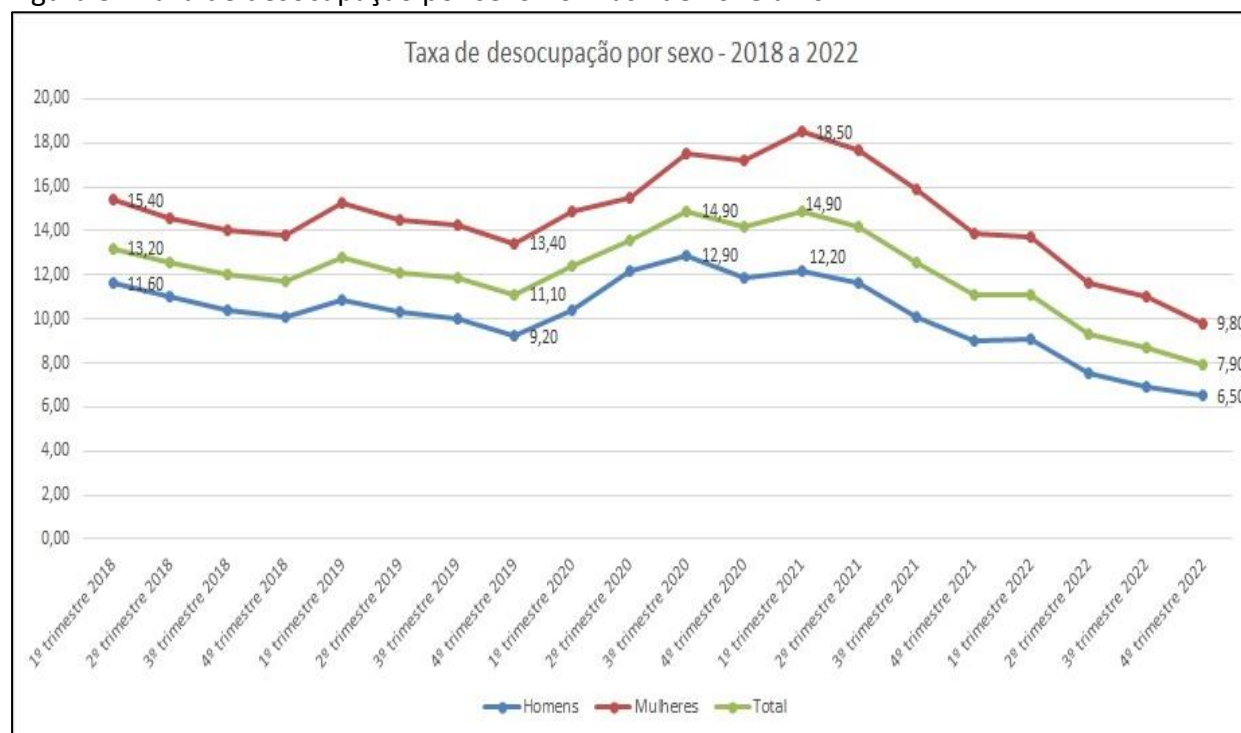


Fonte: elaborada pelos autores, adaptado de IBGE, 2023b.

Na figura 2 é possível constatar que a maior taxa de desemprego (46,6%) ocorreu no grupo com idade entre 14 e 17 anos no 1º trimestre de 2021. Em seguida, a população entre 18 e 24 anos foram as mais afetadas com taxas de 30,60% de desocupação no 3º trimestre de 2020. Já a taxa de desemprego total do Brasil chegou ao valor de 14,9% no 3º trimestre de 2020 e 1º trimestre de 2021.

Ao analisar a variável taxa de desocupação no Brasil por sexo, a figura 3 mostra que no 1º trimestre de 2021, as mulheres apresentaram o maior nível de desemprego com taxa de 18,5% se comparadas aos homens, que apresentaram taxa de 12,2%, entre o período entre 2019 e 2022.

Figura 3 - Taxa de desocupação por sexo no Brasil de 2018 a 2022



Fonte: elaborada pelos autores, adaptado de IBGE, 2023b.

Em consonância com esse cenário, Muniz e Veneroso (2019) descrevem que vários fatores influenciam na produtividade e nos salários mais baixos das mulheres, como o menor número de horas trabalhadas e a penalidade materna. Essa disparidade salarial persiste mesmo com o aumento da escolarização. Tais aspectos, é um indicativo de que as desigualdades salariais entre homens e mulheres ainda é uma problemática complexa no Brasil.

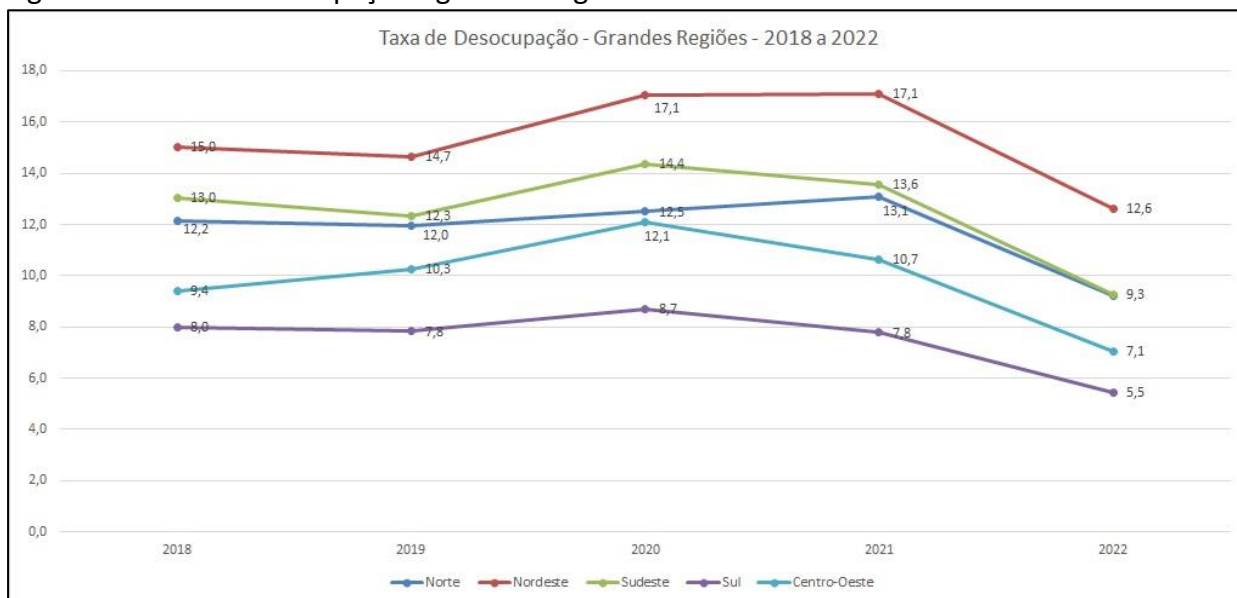
4.1.1 Taxa de desocupação nas grandes regiões do Brasil

As diferenças regionais e setoriais são significativas para a análise, devido às diversidades que compõem o mercado de trabalho brasileiro, seja nas oportunidades de emprego, condições de trabalho ou pelos diferentes setores da economia.

Em relação à região Nordeste do Brasil, a figura 4 demonstra que em 2019 a taxa de desempregados foi de 14,7%, durante o período pandêmico mais crítico, 2020 e 2021, ocorreram as maiores taxas de desocupação da população com 17,1% de pessoas desocupadas nos dois anos, após este período foi observada quedas gradativas, atingindo em 12,6% no ano de 2022.

A região Norte, apresentou o pico de pessoas desocupadas durante o ano de 2021 atingindo a faixa de 13,1%, a menor taxa de desemprego foi de 9,3% constatada no ano de 2022 que ocorreu após quedas graduais desde o ano anterior, constantes na figura 4.

Figura 4 - Taxa de desocupação - grandes regiões - 2018 a 2022



Fonte: elaborada pelos autores, adaptado de IBGE, 2023c.

O ponto mais alto de desocupação na região Sudeste, se deu em 2020 com 14,40% da população desocupada, já em 2019 a taxa foi menor com 12,3%. A frente, destaca-se uma queda na desocupação chegando a 9,3% em 2022, como disposto na figura 4. A maior elevação da taxa de desocupação na região Centro-Oeste ocorreu no ano de 2020 com 12,1% de desocupados, anteriormente entre 2018 e 2019 a taxa de desempregados era menor, entre 9,45 e 10,3%. Já após 2020 houve quedas gradativas chegando a 7,1% de desocupados em 2022 (Figura 4).

Para a região Sul o período de maior elevação de desemprego foi no ano de 2020 com 8,7% durante este ano. Anteriormente ao início da pandemia no Brasil, por volta de 2018 e 2019 as taxas permaneceram constantes por volta de 8%, já para o final da crise pandêmica, em 2022, a taxa de desocupados reduziu para 5,5%.

Ao realizar um comparativo entre as cinco regiões, percebe-se que a região Nordeste foi a que apresentou maior taxa de pessoas desocupadas em relação às demais regiões. Já a região Sul teve o menor índice de elevação dentre as demais regiões. Estas constatações reforçam a desigualdade histórica entre as regiões brasileiras, visto que as regiões Norte e Nordeste apresentam baixos indicadores sociais em relação às regiões Sul e Sudeste (GHIRALDELLI, 2021).

Ainda em relação ao Gráfico 4, entre 2018 a 2022, os períodos de maiores taxas de desocupação e desemprego ocorreu nos anos de 2021 e 2022, dos quais em 2020 as regiões do Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul tiveram seu pico de desocupação, já em 2021 o pico de desocupação incidu sobre o Nordeste e a região Norte.

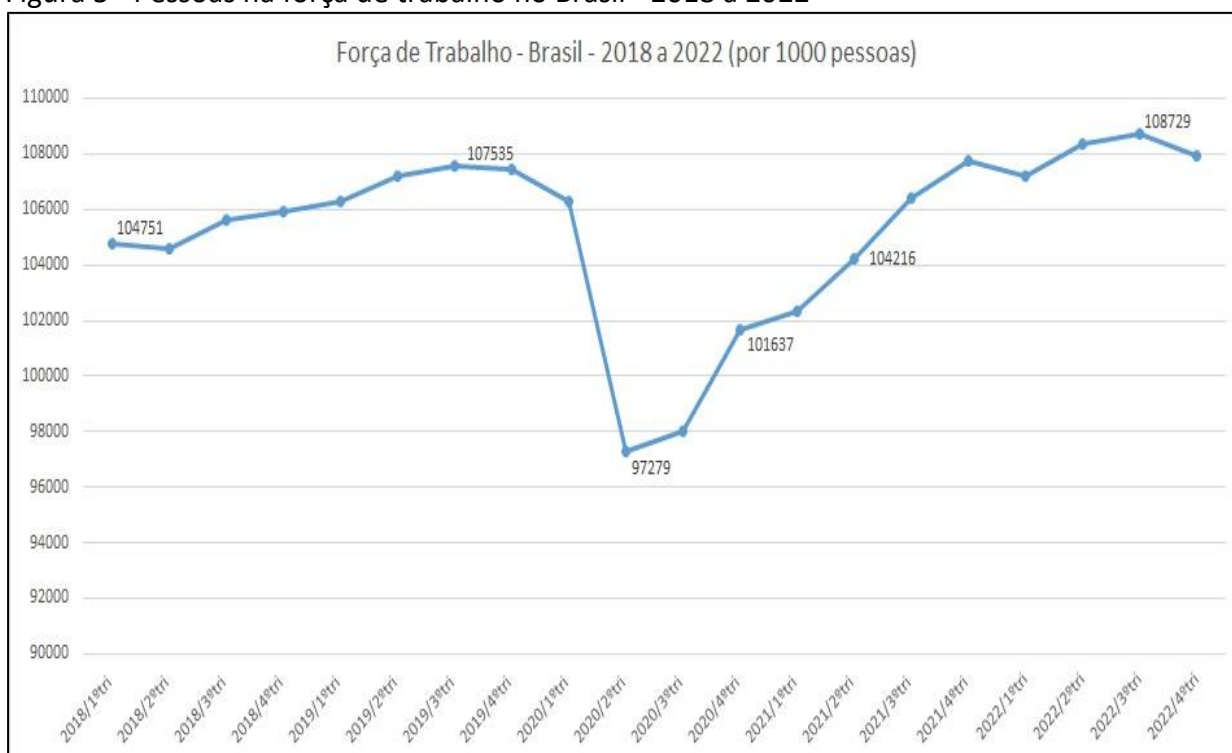
Trovão e Leite (2020) mencionam que o mercado de trabalho brasileiro teve impactos negativos devido à redução da taxa de ocupação e elevação da taxa de desocupação no período da Pandemia de Covid 19. Por meio deste estudo, verificou-se que o período de maior desocupação da população brasileira ocorreu nesta mesma época de Pandemia do Covid-19, período em que se destacou no Gráfico 4 em relação a altas na taxa de desocupação.

4.1.2 Força de trabalho nas grandes regiões do Brasil

A força de trabalho, também chamada de população economicamente ativa, é composta pelo grupo de indivíduos que possuem trabalho remunerado ou estão em busca de trabalho. Ela representa um dos principais indicadores para o entendimento do desenvolvimento econômico e social do país, refletindo o potencial de produção e geração de riqueza e servindo de base para a elaboração de políticas de emprego e inclusão social.

A população na força de trabalho apresentou um crescimento constante até o 4º trimestre de 2019, entrando em queda acentuada até o final do 2º semestre de 2020, quando atingiu o menor nível da série. Uma redução de 9,53% em um curto período de tempo que subtraiu mais de 10 milhões de pessoas da força de trabalho, conforme pode ser visualizado na figura 5.

Figura 5 - Pessoas na força de trabalho no Brasil - 2018 a 2022

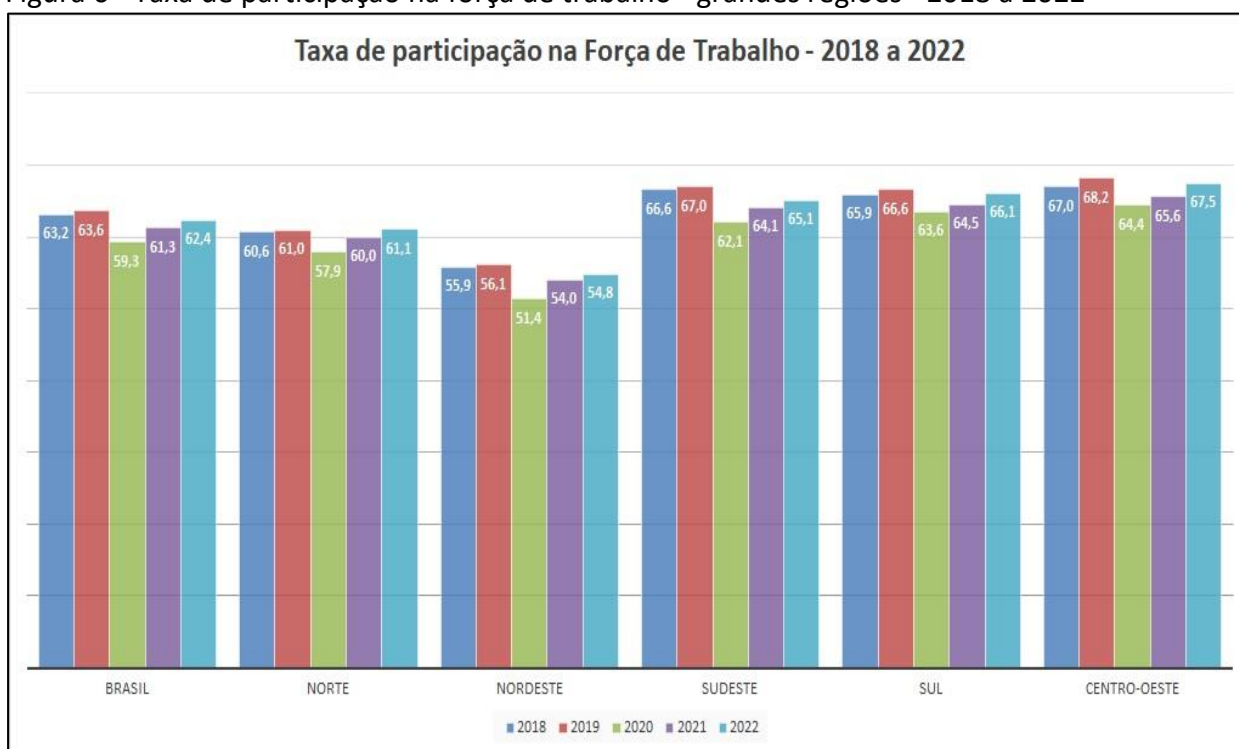


Fonte: elaborada pelos autores, adaptado de IBGE, 2023d.

De acordo com Trovão e Leite (2020) a força de trabalho no ano de 2020 foi acometida por uma expansão de pessoas fora da força de trabalho, decorrente do número de pessoas que não procuraram empregos devido à pandemia. Estimulado pela elevação da taxa de ocupação no País, a população na força de trabalho retomou o crescimento a partir do segundo trimestre de 2020, superando o índice pré-pandêmico (2019) ainda no último trimestre de 2021.

Na figura 6 é apresentada a taxa de participação na força de trabalho nas Grandes Regiões. O ano de 2020 é caracterizado pela maior redução do indicador, refletindo os efeitos da pandemia. A média nacional sofreu uma redução de 4,3 pontos percentuais, passando de 63,6% em 2019 para 59,3% em 2020. A região Sudeste, a mais populosa e que concentra as áreas urbanas mais desenvolvidas, apresentou a maior queda na taxa de participação na força de trabalho, dentre as regiões brasileiras, partindo de 67% em 2019 e chegando a 62,1% em 2020.

Figura 6 - Taxa de participação na força de trabalho - grandes regiões - 2018 a 2022



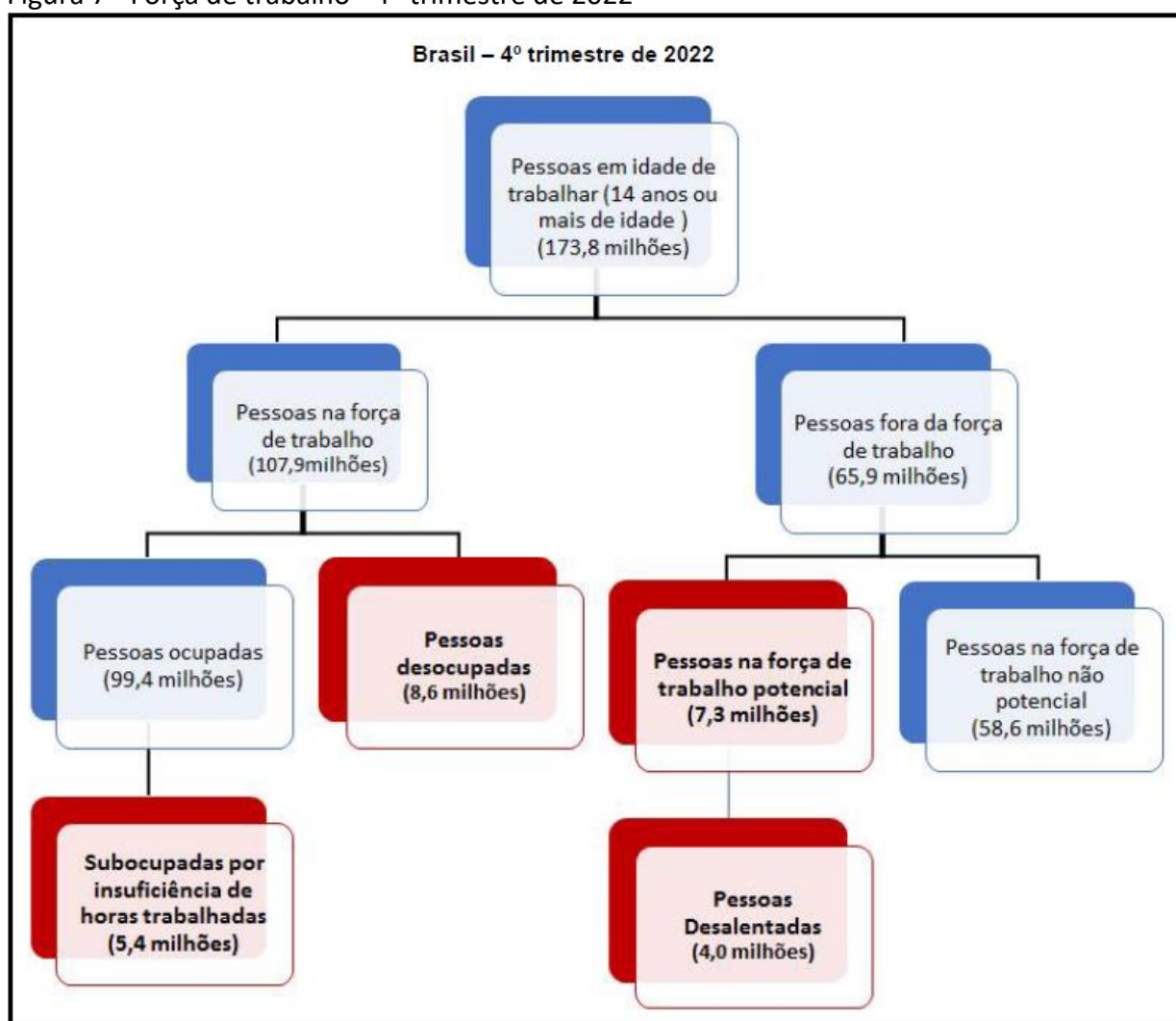
Fonte: elaborada pelos autores, adaptado de IBGE, 2023c.

Da mesma forma, a região Norte apresentou a segunda maior redução na taxa, comparando os anos de 2019 e 2020, a queda foi de 4,7%, seguida da região Centro-Oeste, com uma redução de 3,8% na taxa de participação na força de trabalho. As regiões Norte e Sul sofreram as menores quedas, 3,1% no mesmo período.

A retomada de crescimento apresentada nos anos seguintes, ainda não foi suficiente para atingir os índices de 2019, os maiores da série. Este fato se repete para todas as regiões do país, exceto a região Norte.

Estimada em aproximadamente 108 milhões de pessoas em 2022, a força de trabalho no Brasil teve um aumento de 2,7% em relação ao ano de 2021, provocando o crescimento da taxa de participação na força de trabalho e encerrando o ano de 2022 em 62,4% (IBGE 2023e). A figura 7 apresenta a distribuição da força de trabalho no último trimestre de 2022, em que 65,9 milhões de pessoas estavam fora da força de trabalho, valor que representa 37,91% da população em idade de trabalhar.

Figura 7 - Força de trabalho - 4º trimestre de 2022



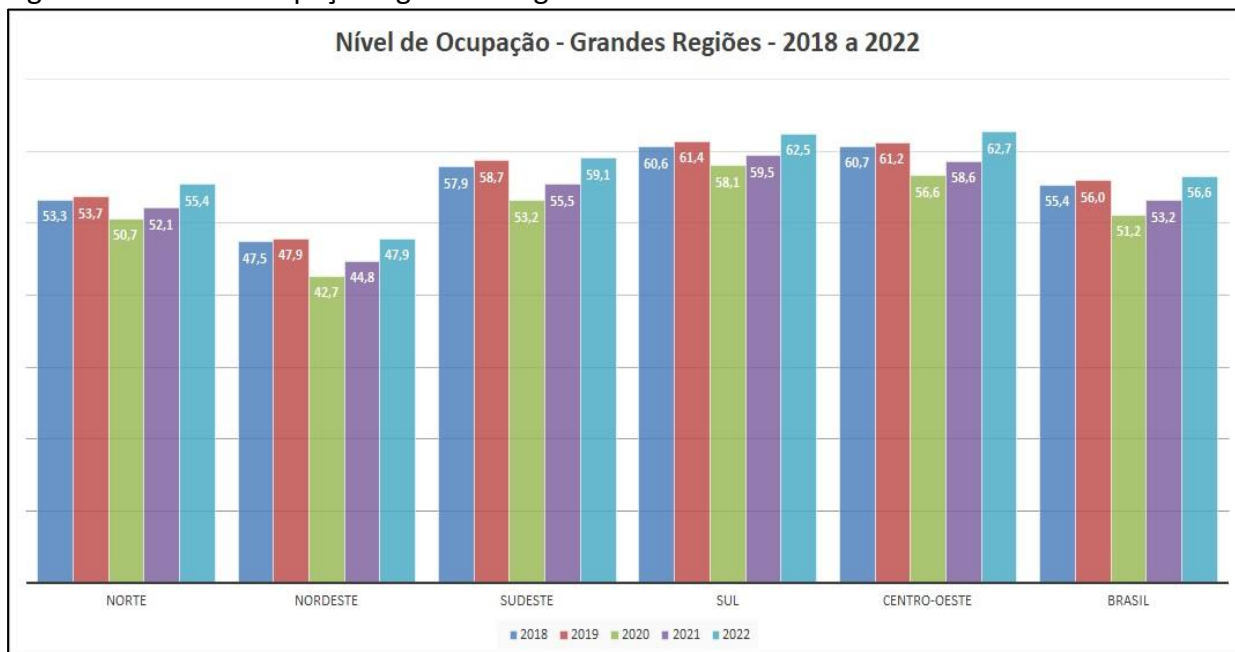
Fonte: IBGE (2023e).

Destaca-se o número de pessoas desocupadas, estimado em 8,6 milhões, comparado ao mesmo período de 2021, apresenta uma redução de aproximadamente 3,4 milhões, apontando para uma recuperação do mercado de trabalho.

4.1.3 População ocupada nas grandes regiões do Brasil

São classificadas como pessoas ocupadas, a população em idade de trabalhar, que trabalharam por pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado na semana de referência (IBGE, 2023a). Na figura 9 é apresentado o nível de ocupação no Brasil entre o período de 2018 e 2022.

Figura 9 - Nível de ocupação - grandes regiões - 2018 a 2022



Fonte: elaborada pelos autores, adaptado de IBGE, 2023c.

Percebe-se novamente que o ano de 2020 foi o mais afetado pela crise no mercado de trabalho brasileiro. Todas as regiões sofreram quedas no nível de ocupação, que aliadas a redução e a subutilização da força de trabalho, acentuaram a degradação do cenário nacional. A região Nordeste que historicamente apresenta o menor nível de ocupação, teve uma queda de 5,2 pontos percentuais, chegando a um nível de ocupação de apenas 42,7%.

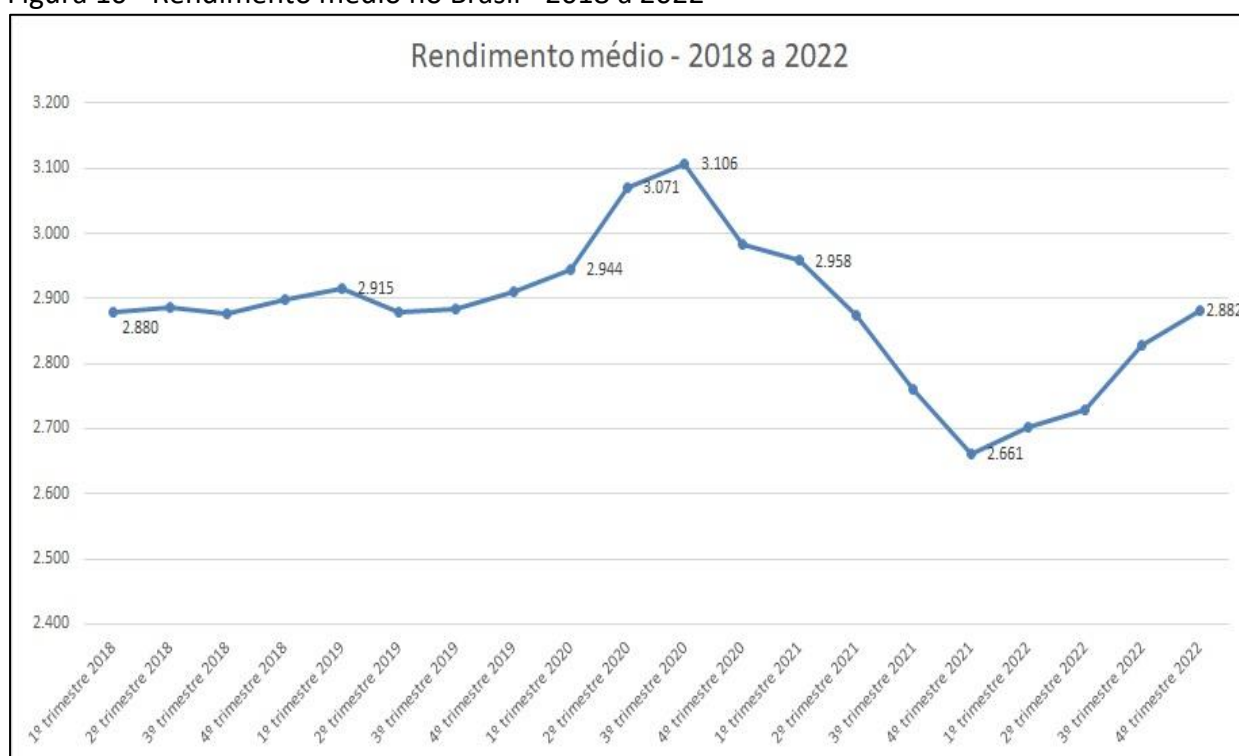
Destacam-se as regiões Sul e Centro-Oeste, por apresentarem os maiores índices de ocupação, sofreram quedas de 3,3 e 4,6 pontos percentuais respectivamente no ano de 2020, sendo as únicas regiões que encerraram o ano de 2022 com nível de ocupação superior a 60%.

Mattei e Heinen (2022) observou o comportamento da população ocupada e verificou que fortes quedas da ocupação foram registradas durante a pandemia de Covid-19, principalmente nos setores de comércio, serviços, indústria e construção, desta forma o Brasil vivenciou um aumento da pobreza como resultado direto da perda de empregos, sendo que a maior parte dessas vagas perdidas pertencia a trabalhadores de baixa renda.

4.2 Rendimentos

Analisando a evolução dos rendimentos no período amostral na figura 10, verifica-se que o rendimento médio da população ocupada era de R\$ 2.880 no primeiro trimestre de 2018, atingindo seu maior índice no segundo trimestre de 2020 a R\$ 3.106, momento em que entrou em queda acentuada, refletindo os efeitos da pandemia. O último trimestre de 2021 registrou o pior índice da série, chegando a R\$ 2.661, uma redução de 14,33% se comparada ao maior índice registrado, e ainda 7,6% inferior ao início da série em 2018.

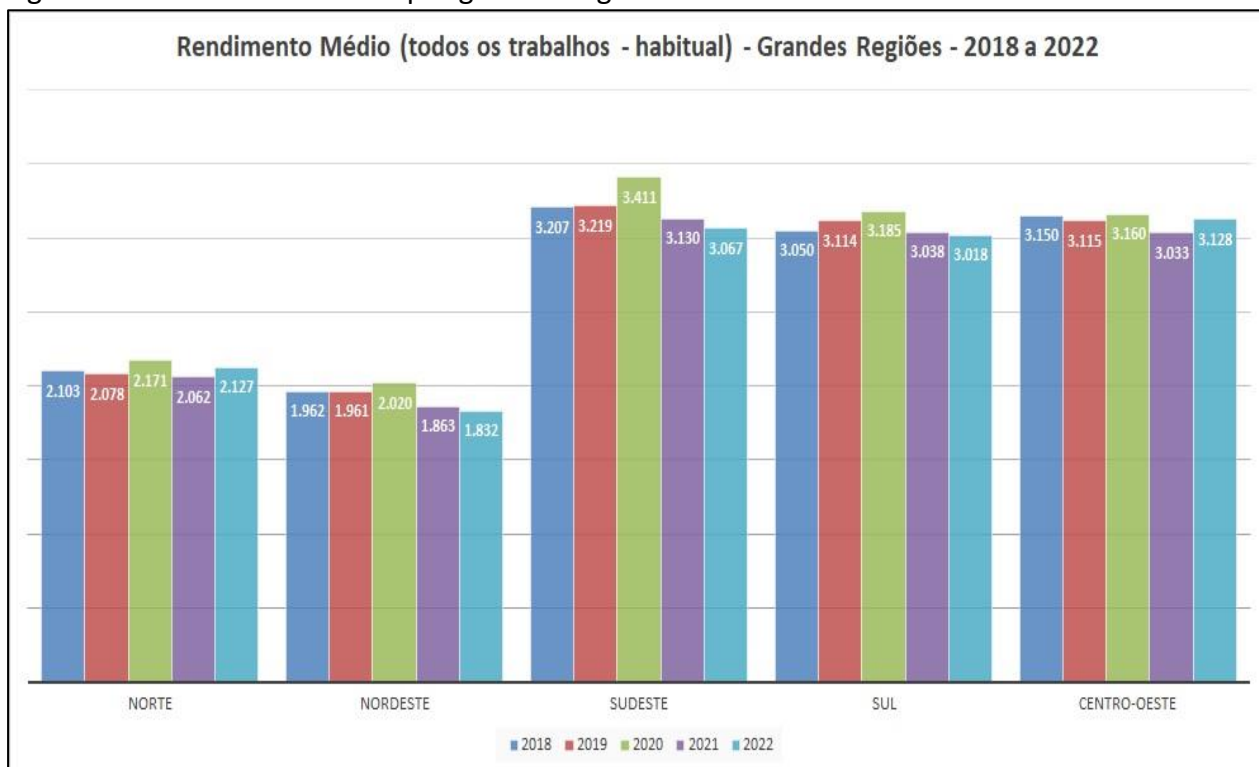
Figura 10 - Rendimento médio no Brasil - 2018 a 2022



Fonte: elaborada pelos autores, adaptado de IBGE, 2023b.

Na figura 11 é possível observar que o rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos das regiões brasileiras, apresenta uma queda em média de 5,91% nos índices a partir de 2021. A região sudeste, que possui a maior média de rendimento nacional, foi a mais afetada e sofreu em 2021 uma redução de 8,23% em relação ao ano anterior, seguida da região Nordeste, onde a queda foi de 7,74% no mesmo período. Exceto a Região Norte, as demais regiões encerraram o ano de 2022 abaixo do índice de 2018.

Figura 11 - Rendimento médio por grandes regiões - 2018 a 2022



Fonte: elaborada pelos autores, adaptado de IBGE, 2023c.

Estes valores demonstram claramente os efeitos da pandemia sobre o rendimento dos trabalhadores que apesar da retomada de crescimento gradual no ano de 2022, ainda se encontra inferior ou no mesmo patamar de 2018. De acordo com Trovão e Leite (2020), os aparatos de proteção social permanentes e emergenciais desempenharam um importante papel neste cenário, assegurando, mesmo que parcialmente, a manutenção da renda de muitas famílias.

5 Considerações finais

Diante do exposto, é possível concluir que o mercado de trabalho e a população brasileira sofreram impactos significativos e com reflexos negativos ocasionados durante o período da pandemia de Covid-19. Especificamente nos anos de 2020 e 2021, período em que o Brasil estava em pleno curso da pandemia, foram registradas as maiores taxas de desemprego e redução da renda de muitas famílias.

Diversos setores da economia brasileira foram particularmente afetados pelas restrições e medidas de distanciamento social impostas para conter a propagação do vírus. Além disso, a crise sanitária gerou incertezas e desafios para as empresas, resultando em demissões, redução de carga horária e paralisação de atividades produtivas.

Com a queda gradual da taxa de desocupação e o aumento do rendimento médio a partir de 2022, evidencia-se que o Brasil está se recuperando gradualmente dos impactos da pandemia. Essa tendência positiva indica uma retomada na geração de empregos e uma melhoria na situação econômica do país. No entanto, é importante destacar que, apesar desses avanços, os índices ainda não retornaram aos níveis observados em 2018, período anterior à crise.

Desta forma, faz-se necessário a implementação de políticas públicas que estimulem o desenvolvimento do mercado de trabalho, a geração de novos postos de trabalho e medidas de proteção social que possam minimizar os efeitos de futuras crises. Este estudo explorou variáveis extraídas da PNAD Contínua, como a taxa de desocupação, força de trabalho, nível de ocupação e a renda da população brasileira. Recomenda-se que futuros estudos analisem outras variáveis importantes para maior entendimento do mercado de trabalho brasileiro.

Referências

BELO, Werbeth Serejo. **Dicionário de conceitos e temas econômicos para jovens**. São Luís: [s. n.], 2018. Disponível em: <https://www.ppphist.uema.br/wp-content/uploads/2016/12/DICION%C3%81RIO-DE-CONCEITOS-E-TEMAS-ECON%C3%94MICOS-PARA-JOVENS.pdf>. Acesso em: 28 maio 2023.

CECATO, Franciele Aparecida; HILGEMBERG, Cleise Maria de Almeida Tupich. Reflexo da pandemia no mercado de trabalho: um estudo a partir da PNAD Contínua. **Revista Foco**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. e734, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n1-037. Disponível em: <https://focopublicacoes.com.br/foco/article/view/734>. Acesso em: 4 maio 2023.

GHIRALDELLI, Reginaldo. Trabalho, reformas ultraliberais, desigualdades e pandemia no Brasil: os sentidos da crise. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, 2021, e00326158. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00326. Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/570>. Acesso em: 08 maio 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GONÇALVES, B.; BELTRAMELLI NETO, S. COVID-19 e mercado de trabalho no Brasil: análise da legislação emergencial brasileira à luz do preceituado pela OIT. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, Guanambi, v. 8, n. 02, p. e18100, 2022. DOI: 10.29293/rdfg.v8i02.18100. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/RDFG/article/view/18100>. Acesso em: 12 jun. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Notas Técnicas**. Versão 1.12 Rio de Janeiro, 2023a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101999_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 27 maio 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Séries históricas**. 2023b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 13 jun. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Retrospectiva Regional**. 2023c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>. Acesso em: 13 jun. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pessoas na força de trabalho**. 2023d. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Novos indicadores sobre a força de trabalho**. 2023e. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>. Acesso em: 19 jun. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil**. 2023f. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaque_PNAD_continua/2012_2022/. Acesso em: 19 jun. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - COVID19**. 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

LACERDA, Antônio Corrêa de. **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2018. *E-book*. ISBN 9788547231798. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547231798/>. Acesso em: 08 maio 2023.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. Por que é importante discutir desigualdade. **Revista de Economia**, [s. l.], v. 42, n.78, p. 242-275, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/69859/43924>. Acesso em: 04 maio 2023.

MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente Loeblein. Balanço dos impactos da crise da COVID-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro em 2020. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 1, p. 43–61, jan. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/qBZvCv4JnysDcgcCndLPFTw/?lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2023.

MELO, Hildete Pereira de Melo; MORANDI, Lucilene. Uma análise da distribuição do PIB per capita entre mulheres e homens no Brasil, 1991-2015. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 25, n. 1, p. e212515, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/RxSCLcnCVrx7nr8WKqsWSXC/?lang=pt#>. Acesso em: 26 maio 2023.

MUNIZ, Jerônimo Oliveiro; VENEROSO, Carmelita Zilah. Diferenciais de participação laboral e rendimento por gênero e classes de renda: uma investigação sobre o ônus da maternidade no Brasil. **Dados Revista de Ciências Sociais**, v. 62, n.1, p. 1-38. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/y5gC4JLvrQRTTGb7zfz4HcQ/#ModalHowcite>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SABOIA, João; HALLAK NETO, João; SIMÕES, André; Dick, Paulo C. (2021). Mercado de trabalho, salário-mínimo e distribuição de renda no Brasil no passado recente. **Revista de Economia Contemporânea**, [s. l.], v. 25, n.2, p. 01-30, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/47643>. Acesso em:

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; LEITE, Fabrício P. Desigualdade de renda em tempos de pandemia: uma análise da decomposição do índice de Gini a partir da PNAD Covid19.

Brazilian Keynesian Review. [s. /], v. 6, n.2, p. 313-327, 2020. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/351972965_Income_inequality_in_pandemic_times_an_analysis_of_the_decomposition_of_the_Gini_Index_from_PNAD_COVID19. Acesso em: 18 jun. 2023.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; MANZANO, Sofia Pádua. **Fundamentos da desigualdade:** uma abordagem teórica. Rio Grande do Norte: UFRN, 2019. Disponível em:
<https://ccsa.ufrn.br/portal/wp-content/uploads/2019/08/tddepec0032019TrovaManzano.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2023.